

SAIBA

Segundo dados do Ministério da Saúde, a vacinação da população contra a gripe chega a 34,2% só no estado do Rio de Janeiro. A campanha termina no próximo dia 25, com a meta de vacinar 80% do público-alvo, entre idosos a partir dos 60 anos, trabalhadores de saúde, crianças entre seis meses e menores de dois anos, gestantes em qualquer fase da gravidez e povos indígenas. Até a manhã do dia 21, foram vacinadas no Rio de Janeiro 947,5 mil de pessoas, o que representa 34,2% de cobertura. Em todo o país, o número de doses aplicadas chegou a 13,5 milhões, o que representa 44,87% dos 30,1 milhões de pessoas do grupo prioritário. A melhor abrangência à campanha no estado é da população indígena, que alcançou 94,3% de cobertura. Em Porto Real, 60% da população já foi imunizada.

No último dia 18, foi definido o prazo para pagamento da primeira parcela ou da cota única do IPTU de Quatis. De acordo com o decreto municipal, ficaram estabelecidos os seguintes prazos para pagamento do IPTU 2012, que poderá ser quitado em cota única, com desconto de 12%, ou em até seis cotas mensais, desde que o valor de cada cota não seja inferior a meia UFIQ, a Unidade Fiscal de Quatis, ou seja, 10 reais e 21 centavos: Única com 12% de desconto (11/06); Primeira parcela (11/06); Segunda (10/07); Terceira (10/08); Quarta (10/09); Quinta (10/10) e Sexta (10/11). O decreto prevê ainda que, caso não haja expediente bancário em quaisquer das datas que constam dos camês do imposto, o pagamento será automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

A Prefeitura de Resende, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, divulgou nesta manhã do dia 21 um balanço parcial da campanha anual de vacinação contra a brucelose. Segundo o secretário Miguel Dias, até o momento já foram imunizados aproximadamente 1.100 animais. Devem ser vacinadas todas as fêmeas com idade entre três e oito meses. A expectativa é de que sejam vacinadas, até o final do ano, cerca de 2.500 animais do rebanho resendense. O trabalho de vacinação ocorre por meio de uma parceria da Prefeitura com o Sindicato Rural do Município, a EMATER-RJ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro) e o Núcleo de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura, cuja sede em Resende se localiza em Campos Elíseos. A aplicação das doses é realizada na própria propriedade rural. O agendamento da visita dos técnicos da Secretaria de Agricultura deve ser feito pelo telefone 3360-7502, entre segunda e sexta-feira, das 08 às 17 horas.

drenagem realizada no local e ainda diz: "(...) Informamos que foi verificado pelos fiscais dessa Agência, que está ocorrendo uma diminuição significativa de seu espelho d'água (...). Este fato contraria a legislação ambiental vigente, caracterizando crime ambiental (...)". O comunicado da prefeitura afirma ainda que o prefeito José Rechuan, no dia 24, ligou pessoalmente para a presidente do Inea, Marilene Ramos pedindo a visita do Inea.

25/4/2012 - Técnicos do Inea fazem vistoria no local onde está sendo feita a terraplanagem da futura fábrica da Nissan.

15/5/2012 - Inea envia um resumo do laudo da vistoria realizada em 25/4 e afirma: "(...) A NISSAN foi notificada pelo INEA a materializar a FMP (Faixa Marginal de Proteção) da lagoa através da implantação de marcos físicos como forma de facilitar a fiscalização de eventuais interferências. Com vistas a garantir a proteção da Lagoa da Turfeira, o INEA está propondo à Codin e à NISSAN a criação de uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) no local.

17/5/2012 - O Conselho Municipal de Meio Ambiente de Resende decide que o município deve paralisar a obra até a apresentação de todos os documentos. O presidente da Amar, Paulo José Fontanezzi contraria a maio-

ria dos conselheiros e diz que encaminhará a decisão ao Inea.

20/05/2012 - Pessoas da sociedade civil organizada se reúnem e decidem encaminhar requerimentos ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Tutela Coletiva com as informações de que nas documentações apresentadas falta o Estudo de Impacto Ambiental previsto na Lei nº 6938 31/8/1981 e Resolução Conama 01 de 23 de janeiro de 1986.

26/05/2012 - Uma manifestação segue até a Lagoa da Turfeira com concentração dos interessados na vinda da Nissan e também na preservação da lagoa, a partir das 9h30, na saída de Resende.

Todos as cópias dos documentos citados podem ser verificados no site do jornal BEIRA-RIO www.jornalbeirario.com.br.

COMUNICADO DA NISSAN

A discussão ganhou repercussão internacional, principalmente em portais de notícias sobre meio ambiente. A Nissan enviou um assessor de imprensa a Resende, que entregou na redação do jornal BEIRA-RIO dia 21, um comunicado à imprensa que esclarece que "as obras de terraplanagem da nova fábrica em Resende, no Estado do Rio de Janeiro, atendem integralmente os requisitos estipulados pelo Instituto

Estadual do Ambiente para a concessão das Licenças Prévia IN018858 e de Instalação IN 01909. A Lagoa Artificial da Turfeira - área ambientalmente protegida e demarcada por criterioso processo de licenciamento ambiental da Nissan junto ao INEA - está fora do terreno em que será implantada a fábrica.

A companhia reafirma o seu compromisso social com o país, por meio da geração de cerca de 2 mil empregos diretos ao município de Resende, bem como o seu compromisso ambiental, diante do cumprimento estrito dos requisitos indicados pelo órgão ambiental competente. A Nissan reforça o seu compromisso com o desenvolvimento e a inovação tecnológica a partir da implantação de uma das fábricas mais modernas e ecologicamente amigáveis do mundo.

Por fim, a companhia coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários aos órgãos públicos e/ou à comunidade local de Resende com relação à implantação de sua fábrica de automóveis no município".

O BEIRA-RIO enviou à assessoria da empresa, no mesmo dia oito perguntas para tentar esclarecer a falta do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental, e apesar do contato por telefone do assessor de imprensa informando que estava trabalhando para o envio das respostas, até o fechamento desta edição, a empresa não respon-

der as perguntas abaixo:

1 - A Nissan dispõe de um departamento ambiental ou assessoria jurídica que pudesse confrontar a documentação exigida pelo Inea dentro da Legislação Ambiental em vigor?

2 - Em algum momento, os técnicos da empresa questionaram a não exigência do EIA/RIMA, estudo imprescindível e obrigatório para o início das atividades de implantação da fábrica?

3 - Numa imagem área é possível ver seis corpos d'água, mas que agora não aparecem mais. Estes corpos d'água foram aterrados com consentimento do Estado?

4 - Os representantes da Nissan ao conhecer a área foram informados sobre a existência do banhado e sobre sua biodiversidade?

5 - A empresa tomou conhecimento de um estudo de técnicos da própria Amar, realizado em 2010, que prevê a proteção da área?

6 - O comunicado diz que a lagoa está fora do terreno em que será implantada a fábrica. Se é assim porque a Nissan solicitou à Agência de Meio Ambiente de Resende (Amar) informações sobre a questão ambiental da referida lagoa?

7 - Qual o prazo previsto inicialmente para o término das obras?

8 - Ouvi esta semana, que há a possibilidade de embargo da obra. O que isto representaria dentro do cronograma e plano de trabalho de implantação da empresa?

Comar visita Lagoa da Turfeira

Membros do Conselho de Meio Ambiente de Resende, o Comar, visitaram na tarde do dia 22, a lagoa da Turfeira e seu entorno, onde está ocorrendo a obra de terraplanagem para a construção da montadora Nissan. A visita foi solicitada pelos conselheiros na última reunião extraordinária do órgão, no dia 17, após um posicionamento dos membros pelo embargo da obra até que a documentação ambiental fosse apresentada. Estiveram presentes oito conselheiros, além de alguns convidados. A Prefeitura Municipal de Resende foi representada pelo presidente da Agência de Meio Ambiente de Resende (Amar), Paulo Fontanezzi, que também ocupa o cargo de presidente do Comar, e também do secretário de Obras, Rubens Almada, também membro do Conselho.

Os membros se dirigiram até o local num ônibus. Apenas oito dos 24 conselheiros estiveram presentes. Assim que a comitiva desceu do ônibus, um carro com alguns funcionários envolvidos na obra estacionou ao lado do veículo. Ao descer, um dos engenheiros, que se identificou como Felipe, da empresa Concremat, questionou quem eram as pessoas e quem havia liberado a entrada. Mesmo com a identificação de Fontanezzi, o rapaz continuou os questionamentos sobre a presença dos membros no local.

A forma como o engenheiro se apresentou causou um desconforto entre os membros do conselho e os convidados. Segundo eles, o rapaz agiu de forma truculenta. Um dos convidados, Eliei de Assis Queiroz, do Instituto Agulhas Negras, chegou a argumentar com o rapaz sobre a forma que ele havia agido, o que gerou um desconforto ainda maior e

um posicionamento ainda mais exaltado do engenheiro. A confusão só foi acalmada após os outros funcionários da empresa acalmarem Felipe.

Após acalmar os ânimos, a comitiva partiu para próximo da lagoa e do banhado. A todo instante Fontanezzi procurou reafirmar que as obras da Nissan não adentraram a área de influência da lagoa. "Como vocês podem perceber, não teve nenhum dano. A lagoa está totalmente intacta." Em seguida, ele anunciou a construção de uma unidade de conservação no entorno da lagoa. "Esta área toda aqui nós vamos, juntamente com o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), construir um cinturão ecológico, como medida compensatória", afirmou o presidente da Amar.

O pronunciamento de Fontanezzi pegou muita gente de surpresa: afinal, medida compensatória significa dizer que algo deverá ser feito para compensar um erro cometido. "Eu me equivoquei, deleta isso. É que eu assino vários papéis durante o dia de medida compensatória que acabo ficando com isso na cabeça", tentou se explicar depois para a reportagem do BEIRA-RIO.

Os conselheiros fizeram diversos questionamentos sobre o local da terraplanagem e o possível aterramento do banhado. Durante o trajeto, os membros atentaram para diversos trechos alagados. Num deles, dois caminhões sugavam a água de um dos trechos mais profundos. "Está claro que aqui era área alagada que compu-



Olho d'água é parte do banhado. Como este, outros foram aterrados. Caminhões-pipa sugam água que insiste em brotar da terra. A atividade foi realizada na presença dos conselheiros

na o banhado. De onde mais poderia vir esta água?", comentou Antonio Carlos Yazbeck, um dos conselheiros mais indignados com a situação. Fontanezzi preferiu dar outra explicação para o que ele chamou de poça. "Aqui na região do Vale do Paraíba chove muito e o que nós vimos são poças de água da chuva."

Outra situação que chamou a atenção dos conselheiros foi a extração de terra numa área vegetada próximo a um morro. "Qualquer tipo de extração de mineral também deve ter licenciamento ambiental. Será que tem?", indagou Yazbeck. Sobre a licença ambiental e o estudo e o relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), Fontanezzi afirmou que o utilizado pela empresa foi o feito na época da construção do pólo industrial, ainda na década de

70. Ainda sobre o assunto, ele voltou a reafirmar que tudo está dentro da legalidade.

No retorno, os conselheiros presentes na visita tomaram a decisão de convocar uma nova reunião do Comar, para que as impressões fossem apresentadas e que o conselho apresentasse uma posição oficial. "O conselho vai ter que se pronunciar sobre este assunto. Vamos nos reunir e apresentar uma posição enquanto conselho", afirmou Agenor Maia de Siqueira, do Grupo de Escoteiros das Agulhas Negras.

Sobre o comportamento do engenheiro Felipe, a reportagem do BEIRA-RIO procurou ouvir a empresa Concremat, através da assessoria de comunicação, mas até o fechamento dessa edição não obteve resposta.